

Langoni diz que processo atual não dá "solução duradoura"

por Alair Barbosa
do Rio

O ex-presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, está convicto de que o atual processo de renegociação das dívidas externas dos países do Terceiro Mundo terá de ser revisto. "Da maneira atual será impossível equacionar o problema em bases estáveis e duradouras", disse Langoni em entrevista a este jornal, ontem, no Rio. Langoni lançou o seu livro "A Crise do Desenvolvimento, uma Estratégia para o Futuro", em que, em 176 páginas discute essa questão.

Para o ex-presidente do BC, que até o segundo semestre de 1983 era o principal negociador da dívida brasileira junto aos credores estrangeiros e no ano passado fez várias visitas à Argentina e ao México — a convite dos governos desses países —, a crise atual, longe de ser apenas conjuntural, é também estrutural. E por isso exige medidas mais profundas para que que seja efetivamente superada.

SANGRIA

Numa das tabelas do seu livro, Langoni mostra que a sangria de recursos dos países endividados tem sido muito intensa nos últimos anos. Em 1982, por exemplo, o Brasil transferiu líquido para o exterior US\$ 6,1 bilhões. No ano seguinte, em 1983, essa transferência subiu para US\$ 6,7 bilhões e recuou um pouco para US\$ 4,6 bilhões no ano passado. "Mesmo assim o País não suporta uma transferência líquida de recursos dessa ordem", acredita o economista que hoje atua como consultor privado e participa também de uma comissão da ONU que estuda as relações entre os

países desenvolvidos e em desenvolvimento.

O ponto principal do livro, que estava em gestação desde que ele saiu do governo, é que a solução para os problemas internos dos brasileiros — especialmente a inflação e o déficit público — está diretamente dependente de um melhor equacionamento da questão da dívida externa. "O País não pode ficar executando uma política econômica ao sabor das taxas de juros internacionais. Isso não resolve nada", afirma, convicto. Reduzindo-se os encargos da dívida, haverá, proporcionalmente, uma queda do déficit do setor público, aponta.

ABSORÇÃO

Langoni não defende a chamada capitalização dos juros — como alguns economistas de oposição —, mas propõe um esquema semelhante. O que ele vislumbra é que todo o percentual superior ao nível histórico das taxas de juros (da ordem de 6% ao ano) seja absorvido pelos bancos centrais dos países ricos por um determinado período de tempo. No futuro, quando os juros caírem abaixo dos patamares históricos, esses recursos seriam compensados.

Esse esquema, segundo ele, poderia ser facilmente implantado, sem a necessidade de criação de novos organismos internacionais. "É preciso ficar claro que temos de raciocinar em prazos de 10 a 20 anos para a solução da crise do endividamento. E se hoje os juros estão em patamares muito superiores aos níveis históricos é importante lembrar que esse movimento é cíclico e que ao longo desse período as taxas cairão para patamares mais baixos."